

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
<p><b>Despacho</b></p>	<p>NP: t6ohc8lq  <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b>  03/05/2023  Indicação nº 2192/2023  Protocolo nº 4826/2023</p>	
<p><b>Autor:</b> Dep. Janaina Riva</p>		

**INDICO AO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, COM CÓPIA A CASA CIVIL, COM CÓPIA A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, A URGENTE NECESSIDADE DE SE REGULAMENTAR AS ATIVIDADES DAS ÁREAS ÚMIDAS DO ARAGUAIA.**

Com fulcro no Art. 160, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, após a manifestação favorável do Soberano Plenário, solicito o envio deste expediente indicatório às autoridades supracitadas, mostrando a **URGENTE** necessidade de se regulamentar as atividades das áreas úmidas do Araguaia.

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição advém do apelo popular dos moradores da região do Araguaia. Indicando a **URGENTE** necessidade de se regulamentar as atividades das áreas úmidas do Araguaia.

Venho por meio desta indicar a regulamentação urgente das atividades das áreas úmidas no Araguaia. As áreas úmidas são ecossistemas de grande importância para a conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos essenciais, tais como o armazenamento de água e a regulação do clima.

As áreas úmidas do Araguaia desempenham um papel vital no ecossistema da região, fornecendo habitat para diversas espécies de animais e plantas, além de oferecer recursos naturais importantes para a sobrevivência das populações locais. No entanto, a falta de regulamentação dessas áreas está causando graves problemas ambientais e socioeconômicos na região.

A ausência de normas claras para a exploração das áreas úmidas tem gerado conflitos entre diferentes grupos de interesse, como pescadores, agricultores e criadores de gado, que disputam o acesso aos recursos naturais da região. Além disso, a falta de controle sobre as atividades humanas nessas áreas tem levado à degradação do ecossistema, com impactos negativos sobre a biodiversidade e a qualidade da água.



A regulamentação das atividades nas áreas úmidas do Araguaia é, portanto, uma questão urgente e crucial para a preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável da região. A criação de leis e normas claras para a exploração dos recursos naturais, como a pesca e a agricultura, pode ajudar a reduzir os conflitos entre diferentes grupos de interesse e garantir o uso sustentável dos recursos.

Além disso, a regulamentação também pode contribuir para a promoção de atividades econômicas mais sustentáveis na região, como o turismo ecológico e a produção de produtos orgânicos, que podem gerar renda para as comunidades locais sem causar danos ao meio ambiente.

A falta de regulamentação das atividades nas áreas úmidas do Araguaia está travando todas as atividades da região, gerando conflitos, degradação ambiental e prejudicando a economia local. É, portanto, fundamental que se estabeleça um marco regulatório claro e eficiente para o uso sustentável dos recursos naturais dessa região, a fim de garantir um futuro mais próspero e sustentável para todos os envolvidos.

Nesse sentido, solicito a Vossas Excelências que encaminhem esta indicação à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), para que sejam realizados estudos e medidas necessárias para a regulamentação urgente das atividades das áreas úmidas no Araguaia, com o objetivo de garantir a proteção do meio ambiente e a sustentabilidade das atividades econômicas desenvolvidas na região.

Em face do exposto e para que o objetivo pretendido possa ser alcançado, na forma aqui disposta, cumpro-me levar a presente matéria legislativa ao conhecimento e à elevada apreciação de meus distintos Pares, aos quais conclamo, nesta oportunidade, dispensarem a mesma o devido apoio para a sua regimental acolhida e merecida aprovação.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 03 de Maio de 2023

**Janaina Riva**  
Deputada Estadual